



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES**

**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO PJECOR N.º: 0000260-39.2022.2.00.0808**

**UNIDADE JUDICIÁRIA: 5ª Vara Cível do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital**

**JUIZ TITULAR: Dr. Moacyr Caldonazzi de Figueiredo Côrtes**

**ASSUNTO: Correição Virtual – 2022**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

**5ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE VILA VELHA/ES – COMARCA DA CAPITAL**

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **5ª Vara Cível do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 053/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 29/08/2022.

**1. METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **5ª Vara Cível do Juízo de Vila Velha/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

**2. ESTRUTURA FUNCIONAL**

**Juiz Responsável**

Juiz	Vínculo	Ato
Moacyr Caldonazzi de Figueiredo		

Mirley Cardonazzi de Figueiredo Côrtes	Titular	nº 730/04 - 14/12/2004
---	---------	------------------------

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 04/10/2022)

### Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Mirella Rodrigues Mello	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituta - Ato nº 275/18 - 25/04/2018
Cintia Mantovanelli Barros	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Sueli Martinelli Ribeiro	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Waleria Fernandes Silverio Stucchi	Analista Judiciário 01 - QS - Escrevente Juramentado	-
Renata Gava Masoco	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 04/10/2022)


### Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Karin Pimentel Moschen Resende	Analista Judiciário 01 - QS - Agente Judiciário	Servidora à disposição da 5ª Vara Cível de Vila Velha - Ato Nº 1050/2008 em 03/09/2008 - porém lotada na 1ª Vara Criminal de Vila Velha
Wandira Lima de Souza	Analista Judiciário - AJ - Direito	Respondendo pelo cargo de Chefe de Secretaria da 3ª Vara Cível de Vila Velha - Ato nº 191/18 em 21/03/2018

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 04/10/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários** para a 5ª Vara Cível do Juízo de Vila Velha. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **completo**, conforme a previsão mínima estabelecida em lei.

Entretanto, de acordo com a Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 04 (quatro) servidores e a lotação paradigma é de 05 (cinco) servidores, vejamos:

<div>  <b>TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b>            TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo            Referência: 01 de julho de 2022         </div>										
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO PJES										
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS	ASSESSOR DE JUIZ
1	B - CÍVEL	5ª VARA CÍVEL	ES	VILA VELHA	5	4	0	1	0	0

1 Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1\\_jan2022-PADR%C3%83O.pdf](http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf) . Consulta realizada em 04/10/2022.

### 3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

#### Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de <b>2020</b>	815	68
Janeiro a dezembro de <b>2021</b>	1.383	115

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 04/10/2022)

#### Evolução do acervo

Ano	Acervo
<b>2020</b>	6.388
<b>2021</b>	6.490

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 04/10/2022)

#### Acervo atual

	Outubro 2022
Total	7.021
Suspensos ou sobrestado	109
Arquivados provisoriamente	0
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>6.912</b>

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

### 4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

#### Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos <b>conclusos</b>	<b>518</b>	<b>614</b>
Conclusos para <b>sentença</b> há mais de 100 dias	1	1
Conclusos para <b>decisão</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>despacho</b> há mais de 100 dias	0	1
Conclusos para <b>ato diverso</b> há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

#### Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	65	47
Quantidade de audiências designadas para <b>mais de 4 meses</b>	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

### 5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

#### Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

#### Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	2.005	1.862

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

#### Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	165	169

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

#### Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	89	45

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

#### Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	84	69

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

#### Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	79	63

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 04/10/2022)

### 6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

#### Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
63,3%	Meta não cumprida

#### Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
71,8%	Meta não cumprida

## Meta 6 CNJ/2021 (Foco: Ações Coletivas)

Identificar e julgar até 31/12/2021: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
0%	Meta não cumprida

(Fonte:Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

## 7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

### 7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 31/08/2022, revelou a existência de **518 (quinhentos e dezoito)** processos em gabinete para análise do Magistrado, havendo o registro de apenas 01 (um) processo concluso há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 04/10/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve um aumento **(614 processos)** e foi verificada a existência de **02 (dois) feitos com registro de excesso de prazo de conclusão.**

Em suas informações, o MM. Juiz esclarece que com relação a um processo concluso há mais de 100 (cem) dias, declarou o seu impedimento, motivo pelo qual os autos estão conclusos para o Juiz substituto.

Não obstante, considerando a existência de outro feito concluso há mais de 100 (cem) dias, recomenda-se ao magistrado o impulsionamento do processo, bem como que promova o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Ademais, observa-se que as Metas CNJ no ano de 2021 não foram cumpridas, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nestas.

### 7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma pequena melhora quanto à maioria das pendências verificadas, contudo, os números permanecem elevados.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que, no primeiro levantamento de dados, constavam 2.005 (dois mil e cinco) processos na referida situação, contudo, após a 2ª fase da correição, o quantitativo caiu para **1.862 (mil, oitocentos e sessenta e dois) feitos.**

Em que pese a redução no quantitativo, este ainda apresenta-se bastante elevado. Ademais, verifica-se que muitos processos encontram-se paralisados há mais de 01 (um) ano aguardando diligências cartorárias.

Assim, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Para tal, deverá o MM. Juiz, enquanto gestor da Unidade, estabelecer um **plano de trabalho** para regularizar as atividades cartorárias, visando impulsionar efetivamente os processos que estão há mais tempo paralisados na secretaria, com a definição e agrupamento de rotinas de trabalho e

a divisão das atividades de cada colaborador.

Quanto aos processos em carga externa por prazo excessivo, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Com relação às petições pendentes de juntada há mais de 10 (dez) dias no sistema, constavam 165 (cento e sessenta e cinco) petições no levantamento de dados realizado na 1ª Fase da Correição, tendo o quantitativo aumentado para **169 (cento e sessenta e nove)** em segunda análise, devendo a Secretaria implementar as devidas estratégias para sanar tal pendência.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, compulsando a listagem atualizada, extraída em 04/10/2022, infere-se que **63 (sessenta e três) mandados permanecem sem devolução**, sendo que alguns já contam com mais de 100 (cem) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos à Magistrada, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

## 8. DETERMINAÇÕES

### 8.1. Ao Juiz Titular

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<p><b><u>Encaminhe</u></b> impreterivelmente no prazo de <b>30 (trinta) dias, relatório detalhado</b> à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><b><u>Adote</u></b>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p> <p><b><u>Institua</u> plano de trabalho</b> para regularizar as atividades cartorárias, visando impulsionar efetivamente os processos que estão há mais tempo paralisados na secretaria, encaminhando-o à Corregedoria Geral da Justiça no <b>prazo impreterível de 30 dias</b>. O documento deverá desenvolver um cronograma com <b>metas de produtividade</b> periódicas a serem atingidas pela secretaria, assim como provisionar o tempo necessário para a efetivação da medida de acordo com a capacidade de trabalho da unidade.</p>
Processos conclusos há mais de 100 dias	<p><b><u>Adote</u></b> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos inseridos em referida situação;</p> <p><b><u>Promova</u> o acompanhamento regular</b> do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;</p>
Metas Nacionais CNJ	<p><b><u>Monitore</u></b>, semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.</p>

### 8.2. À Chefe de Secretaria Substituta

EVENTO	DETERMINAÇÃO
<b>Processos sem movimentação há mais de 100 dias</b>	<b><u>Trabalhe</u></b> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;
<b>Juntada de petições</b>	<b><u>Regularize</u></b> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;  <b><u>Observe</u></b> , doravante, rigorosamente o <i>prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas</i> na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;
<b>Mandados expedidos</b>	<b><u>Mantenha</u></b> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i> , em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <b><u>procedendo</u></b> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
<b>Processos em carga externa</b>	<b><u>Providencie</u></b> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;  <b><u>Adote</u></b> , no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;
<b>Cartas precatórias</b>	<b><u>Observe</u></b> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante.

## 9. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 9.1. Ao Juiz Titular

EVENTO		ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	e	<b><u>Observe</u></b> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos e eletrônicos	e	<b><u>Utilize</u></b> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.), evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

## 9.2. À Chefe de Secretaria Substituta

EVENTO		ORIENTAÇÃO
Juntada de petições		<b><u>Proceda</u></b> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga		<b><u>Relacione</u></b> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <b><u>promova</u></b> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas.
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado		<b><u>Fiscalize e implemente</u></b> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual.
Processos aptos ao arquivamento	ao	<b><u>Arquive</u></b> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento "arquivado definitivamente" (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **5ª Vara Cível do Juízo de Vila Velha/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização, notadamente com relação à secretaria da unidade.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria Substituta para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz titular, por sua vez, foi determinado que adote as medidas necessárias visando o



impulsioneamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, bem como institua um **plano de trabalho** para regularizar as atividades da secretaria, visando impulsionar efetivamente os processos que estão há mais tempo paralisados em cartório.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correccionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 04 de outubro de 2022.

**Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA**

**Corregedor Geral da Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 10/10/2022, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1340779** e o código CRC **19E21278**.

---